



Governo da Itália quer ser ouvido sobre pedido de liberdade de Battisti

O governo da Itália protocolou pedido de vista do processo de Extradicação do ex-militante comunista Cesare Battisti, que tramita no Supremo Tribunal Federal. A Itália quer ser ouvida sobre o pedido de liberdade feito depois que o ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu refúgio político a Battisti.

O advogado **Antonio Nabor Areias Bulhões**, que defende o governo italiano, garantiu que o processo não será julgado assim que o Supremo voltar ao trabalho, em 2 de fevereiro, já que pediu vista do processo. Segundo ele, as condenações de Battisti por quatro homicídios foram legítimas tanto na questão material quanto formal. “A decisão do Tarso é absurda e não se sustenta”, afirmou em entrevista à **ConJur**.

Bulhões lembra que Battisti não foi só condenado na Itália, mas também pela Corte Europeia de Direitos Humanos. “A mais perfeita convenção dos direitos humanos é a europeia”. Segundo ele, em todas as condenações dos crimes cometidos por Battisti houve o devido processo legal.

De acordo com o advogado, Battisti não foi condenado por crimes políticos. “Ele foi condenado por crimes comuns”, diz ele, lembrando que para ser extraditado o governo da Itália deve se comprometer a limitar a pena a 30 anos. “O cidadão é italiano e ele foi condenado por crimes que aconteceu na Itália”, afirma o advogado sobre a extradicação. Para ele, Battisti não passa de um assassino frio.

Na terça-feira (20/1) o embaixador italiano no Brasil, Michele Valensise, esteve com o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo. Na ocasião, revelou a preocupação de seu país com a extradicação e informou que o governo italiano queria ser ouvido no processo.

Battisti está preso preventivamente desde março de 2007 no Presídio da Papuda, em Brasília. Com 52 anos, ele é ex-dirigente dos Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), grupo extremista que atuou na Itália nos anos 60 e 70. Ele foi condenado à prisão perpétua à revelia na Itália por quatro homicídios cometidos pelo PAC entre 1977 e 1979. Ele nega as acusações.

No dia 13, Tarso Genro concedeu refúgio político ao italiano, por entender que existe “fundado temor de perseguição”. Com isso, a defesa de Battisti entrou com pedido de liberdade do italiano, e também de extinção do processo no Supremo, com base no artigo 33 do Estatuto do Refugiado, que não permite a extradicação de refugiados políticos. O presidente do STF pediu um parecer da Procuradoria-Geral da República para só então analisar o pedido da defesa.

A decisão de Tarso desagradou o governo italiano com explícita manifestação de dirigentes políticos. Nesta sexta, o presidente Lula respondeu por meio de carta à reclamação de seu colega italiano, Giorgio Napolitano, pela decisão de Tarso Genro. Porta-vozes da Presidência informaram que a carta de Lula foi entregue hoje à embaixada italiana, mas não revelaram seu conteúdo. Em carta enviada a Lula, Napolitano expressou seu “estupor” e “amargura” pela decisão do Brasil.

Date Created

23/01/2009